

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 884 - de 1 a 19 de junho 2021

29 DE MAIO: A VIRADA COMEÇOU!

AGORA É SEGUIR EM FRENTE: FORA GENOCIDA.



Avenida Paulista-SP, mais de 50 mil manifestantes

DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA

Convocada a 2ª
Plenária Nacional

pág.5

LUTA DE CLASSE

O que está em jogo
no Plencut

pág.6

UNIVERSIDADES FEDERAIS

Governo estrangula
ensino e pesquisa

pág.8

INTERNACIONAL

Colômbia, a rebelião
não para

pág.11

Juventude, uma forte presença no dia 29M

Na luta pela recomposição do Orçamento da Educação e por Fora genocida

Foram muitos jovens na rua no 29M! Em várias cidades a presença de amplos setores da juventude foi expressiva.

Em cada rosto presente, numa participação em grande parte espontânea, aos atos chamados pelas entidades estudantis como a UNE, partidos e organizações se via a vontade de viver com direitos, ter um futuro digno e gritar bem alto "Fora genocida"!

É na rua a única forma para dar fim ao caos e às mortes que o governo Bolsonaro gera.

Direito à educação

A indignação com os cortes que podem levar diversas universidades ao fechamento veio com força. No protesto em Brasília, Victor Caíque, do DCE UnB e da Juventude Revolução do PT, afirmou no carro de som: "se Bolsonaro achou que iríamos ficar em casa vendo a educação e os serviços públicos serem destruídos, ele está enganado! A recomposição do orçamento da educação é essencial para que milhões continuem estudando, sobretudo no ensino presencial sabotado há um ano pelos



Jovens nas ruas de Cuiabá (MT) em 29M. JR do PT presente!

governos".

Fora genocida

Foi jovem de tudo que é tipo para rua, mas com um sentimento:

protestar e resistir. Não querem o desemprego, a carestia dos alimentos, a falta de aulas e a violência policial, sobretudo nas periferias. "O preço da carne não para de subir, ei Bolsonaro vou fazer você cair!", gritaram os jovens de Volta Redonda/RJ.

A Juventude Revolução do PT esteve presente nos atos em várias cidades e jogará todas as suas forças para ajudar na continuidade.

Que maio seja o começo da onda que dará fim nesse governo genocida.

Katrina

Governo quer regulamentar educação domiciliar

Projeto de Lei está em tramitação no Congresso

Tramita no Congresso a proposta de regulamentação da Educação Domiciliar (Homeschooling, em inglês). O projeto da deputada Luísa Canziani, do PTB/PR, é um substitutivo ao PL 3.179/2012 - que prevê alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e no Estatuto da Criança e do Adolescente - e estipula algumas condições para a educação domiciliar, reforçando um projeto já apresentado pelo governo Bolsonaro em 2019. No Congresso também está em análise o projeto da deputada federal Bia Kicis (PSL-DF) que descriminaliza a ausência de matrícula escolar de crianças e adolescentes para famílias que adotarem a educação domiciliar. Bolsonaro estabeleceu, em fevereiro, prioridade de tramitação do tema na Câmara. A perspectiva do congresso é que o projeto seja votado em junho.

Manifesto contra o projeto

O governo retoma o debate na

educação domiciliar ao mesmo tempo que aplica cortes profundos na educação.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação (CNTE-CUT), com outras entidades e sindicatos, lançou um manifesto contra a regulamentação da educação domiciliar e em defesa do investimento nas escolas públicas.

O manifesto diz que a regulamentação do homeschooling "constitui mais um ataque ao direito à educação" e que "tal regulamentação pode aprofundar ainda mais as imensas desigualdades social e educacional e multiplicar os casos de violência e desproteção aos quais estão submetidos milhões de crianças e adolescentes."

Outra consequência do homeschooling é o rompimento com políticas de educação inclusiva, limitando o convívio social de crianças e adolescentes. A educação domiciliar tira crianças e adolescentes do convívio

social e suprime a escola como instrumento de transmissão dos conhecimentos sobre ciência, cultura e arte, acumulados pela humanidade ao longo da história. Sobre isso, o manifesto das entidades da educação citam trecho de um parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, discutindo que "as crianças e adolescentes, sujeitos de direitos em desenvolvimento, não podem ser compreendidos como propriedades de suas famílias e que devem ser garantidos a elas e a eles os direitos à convivência social e ao acesso aos conhecimentos científicos e humanísticos por meio das escolas, mesmo que esses conhecimentos entrem em confronto com as doutrinas políticas e religiosas de suas famílias."

Escola é direito!

Ao lado da regulamentação da educação domiciliar, uma das pautas prioritárias do governo Bolsonaro,

está a redução das verbas para a educação, com o ensino a distância desde o início da pandemia, e sem que o governo adote medidas para garantir o ensino presencial.

O ensino presencial, em todos os níveis, é fundamental para o relacionamento entre as crianças e adolescentes, e entre eles e seus professores. São essas relações e experiências que permitem a construção de seres sociais, a organização coletiva, compreensão crítica da realidade e a tomada de consciência da luta dos povos.

É a escola presencial e as relações que nelas se estabelecem que permitem, inclusive, a organização em defesa da própria escola e dos serviços públicos. Todo o contrário da educação domiciliar, defendida fortemente pela base bolsonarista e que confina as crianças e adolescentes, subjugando-os às crenças e ideologias de seus pais.

Kris

Vitória dos que querem lutar!

Chapa 3 para Associação de Pós-Graduandos vence na Federal da Bahia

Realizada nos últimos dias 25 e 26 de maio, as eleições para a nova diretoria da Associação de Pós-Graduandos da UFBA demonstrou a força e a vontade dos estudantes de pós-graduação de se organizarem em sua entidade representativa. Numa votação histórica com 505 votos no total, a chapa 3 - APG é pra lutar! obteve a maioria dos votos - 275, número que superou os votos das outras duas chapas juntas (animadas pelo PCB e UJS/PCdoB), sendo uma delas, inclusive, composta pelos diretores da até então atual gestão.

Composta e apoiada por estudantes e representantes estudantis de diversos cursos, incluindo militantes de O Trabalho, a chapa "a APG é pra lutar" ganhou destaque na luta dos estudantes quando, ainda em 2020, encabeçou uma dura batalha pela prorrogação das bolsas de pesquisa da FAPESB (fundação estadual de amparo a pesquisa). Com a #prorrogafapesb, o coletivo organizou um abaixo assinado dirigido ao governador da BA, Rui Costa (PT), para que prorrogasse aos bolsas por seis meses, tempo em que as aulas e

pesquisas foram suspensas em virtude da pandemia da Covid-19. Após a realização de diversos atos e mobilizações, os estudantes conquistaram a prorrogação de três meses, implementada ainda de forma desigual.

Como afirma Matheus Mascarenhas, eleito coordenador geral da APG UFBA "A APG é pra lutar" entrou nas eleições "mantendo a luta pelos seis meses de prorrogação e levantou também bandeiras como a recomposição dos cortes da educação, a volta as aulas presenciais com segurança, o combate ao assédio

moral e sexual na pós-graduação e a luta pelo fim do governo Bolsonaro, o que permitiu o reconhecimento dos pós-graduandos na nossa chapa". Em um processo de ampla mobilização, o coletivo realizou passagens em salas, reuniões e debates virtuais durante a campanha.

Agora, a chapa eleita, que já ocupou as ruas nesse dia 29 de maio, toma posse no dia 31 para seguir o combate em defesa dos direitos dos pós-graduandos.

Correspondente

29M, foi dada a grande largada!

Desde a manhã até a noite, em todas as capitais e várias cidades do país ficou patente: não dá para aguentar mais um dia com este governo.

Com mais de 460 mil mortos pela pandemia, quase 15 milhões de desempregados e 19 milhões de famintos, números que só tendem a aumentar, não dá para ficar parado, esperando a desgraça aumentar. Foi o que as ruas gritaram no dia 29. Não é fortuito que tenha ecoado aqui o que dizem nossos irmãos colombianos, que desde 28 de abril não saem das ruas: "se um povo protesta e marcha em meio à pandemia é porque seu governo é mais perigoso que o vírus".

Sim, este governo é pior do que o vírus! E não haverá conselhos "científicos" ou de "prudência" que vá deter a luta do povo. Os que perderam familiares pela pandemia, como registravam vários cartazes no dia 29; os jovens, vendo seu direito à educação sendo limado e perdendo a perspectiva de um futuro digno, que estavam em massa nas mobilizações; os trabalhadores dos correios e de outras estatais que foram se manifestar contra as privatizações; os que querem ter segurança de que poderão comer todos os dias e não viver de doações; os desempregados, os trabalhadores com direitos ameaçados; os que querem proteção da pandemia e exigem vacinas; os professores e alunos que querem condições de segurança para voltar

a ter as aulas presenciais; os que precisam de moradia, os que defendem a cultura a arte e a ciência, contra o obscurantismo; estes estavam nas ruas! O número e disposição de luta comprova: não dá mais!

Já em 1º e 13 de maio, como dissemos em editorial anterior, as manifestações mostravam que uma janela se abria. 29 de maio escancarou. E rajada não será passageira. Por isso, atenção! Para os que no interior das organizações dos trabalhadores hesitaram,

ESTAMOS E ESTAREMOS COM O POVO NA RUA

ou até se opuseram, a prova foi feita!

"Não podemos nos confundir com o governo que promove aglomerações", diziam uns. Ora, ora! Mas só a luta coletiva, organizada, do povo –que não guarda nenhuma relação com as ações do governo e seu séquito – pode colocar fim ao descalabro que assola o país.

"Temos que ficar em casa", diziam outros. Ora, ora. Mas só 10% dos que tem trabalho estão em home office. 90% rala todo dia em

transportes lotados, e trabalham sem as proteções necessárias.

"Só fazer manifestações quando todos forem vacinados", outro argumento. Mas até para ter vacina tem que lutar para colocar para fora este governo.

Contra fatos não há argumentos. E o fato é que a tragédia da pandemia, do desemprego e da fome só aumentará a cada dia que Bolsonaro se mantiver no Planalto, transformado em um covil de facínoras. Tutelado pelas Forças Armadas, o Exército em primeiro lugar, ainda que com algumas chiadeiras, amparado por um Congresso e um Judiciário, ainda que com algumas rusgas, Bolsonaro destrói o país, leva o povo a um sofrimento drástico e só será detido pela luta do povo.

O dia 29 mostrou que disposição de luta há. Apesar de vacilo, omissão, ou até mesmo boicote vindos de onde não deveriam vir, a largada foi dada. E não será uma originalidade brasileira se os que querem lutar façam o que querem fazer, sem esperar aprovação. Em várias partes do mundo, em nosso continente também, a luta explode sem pedir autorização.

A largada foi dada. As organizações dos trabalhadores têm a chance de entrar no ritmo.

De nossa parte, com o Diálogo e Ação Petista estamos e estaremos com o povo na rua. Como estivemos em 1º e 13 de maio e agora neste vigoroso 29.

NOTAS

Zero desapropriação de terras sob Bolsonaro

O Inbra, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, divulgou dados que mostram que desde 2019 não ocorreu a emissão de nenhum decreto para desapropriação de terras para o fim de reforma agrária. Isso mesmo, zero.

Em comparação, entre os anos de 2003 a 2016 nos governos do PT, foram 2.225 decretos de desapropriação e no governo golpista de Temer foram 5.

Essa é a consolidação de uma política de destruição da reforma agrária. A desapropriação de terras é o passo fundamental para se alocar terras para o fim da reforma agrária. Sem desapropriações a reforma agrária não tem como avançar.

Quase zero recursos para reforma agrária

Em sintonia com a falta de desapropriações, o governo genocida de Bolsonaro quase extinguiu também os recursos para a compra de terras para assentar novas famílias da reforma agrária.

No orçamento do governo federal para 2021 há um montante previsto de R\$ 50 mil para a aquisição de imóveis para a reforma agrária.

O que é um valor irrisório frente aos R\$ 12 milhões no orçamento de 2020 e aos R\$ 930 milhões do orçamento de 2011, do governo Dilma.

Fome avança e governo corta recurso para produzir alimentos

Enquanto mais de 14 milhões de pessoas passam fome no Brasil, o governo corta recursos para produzir alimentos no país. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) sofre com a perda de recursos. No orçamento deste ano o Pronaf tinha uma verba inicial de R\$ 3,85 bilhões, agora foram cortados R\$1,3 bilhão, 35% do total.

Este dinheiro seria destinado para financiar o plantio para pequenos agricultores, justamente aqueles que mais produzem alimentos no país.

Em 2020 só se gastou metade de recursos para alimentos

Em 2020 o governo federal gastou apenas R\$ 260 milhões dos R\$ 500 milhões previstos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este programa é usado para o governo comprar alimentos de agricultores e associações que são depois usados em órgãos públicos ou distribuídos para população.

Memória

30 MIL MANIFESTANTES CONTRA O GOVERNO FHC

"A re re ê ê, Fernando, vagabundo é você"! Cantando este refrão e puxando palavras de ordem contra FHC, uma enorme passeata de 30 mil manifestantes começava a ocupar o gramado em frente ao Congresso Nacional em Brasília, por volta das 15 horas do dia 20 de maio. Minutos depois, bombas de gás eram jogadas contra a massa e policiais a cavalo investiam contra os manifestantes com sabres desembainhados (...), uma verdadeira operação de guerra desencadeada pela Polícia Militar do DF, comandada pelo governador Cristovam Buarque (PT). (...) Os manifestantes, vindos de todos os cantos do país, levantando suas bandeiras e reivindicações, expressaram a vontade do povo de acabar com o governo FHC.

O Trabalho nº 437 – 27/5/1998



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Paulo Henrique Barbosa Mateus

Dia 29 foi uma vitória histórica!

Mas há derrotados e órfãos políticos

O grande derrotado dia 29 foi o inimigo, Bolsonaro com seus generais, mas também foram derrotados os golpistas da “direita” e do “centro”. Acabrunhados, nenhum dos líderes deles saiu à rua na maior manifestação desde a eleição presidencial há três anos. Nem o MBL nem os “democratas” da véspera – sumiram todos!

Dia 29 foi uma vitória da independência política dos trabalhadores. E como em outras jornadas históricas, deixou vários órfãos políticos. Não queremos exagerar, não chegou a meio milhão na rua, a maioria eram jovens, mas é nesse caminho – não em outro! – que é possível avançar contra Bolsonaro. Sempre com base em reivindicações concretas (v. pág. 7), e não em elocubrações abstratas sobre a democracia em geral e o calendário eleitoral em particular.

A hesitação e a dúvida são do pensamento humano, além do medo. Mas, com todo respeito, na oposição um erro é um erro - e quem desconversou do dia 29 em algum momento, errou!

Quando o poeta tem a razão

Segue abaixo uma listinha de argumentos da rede social. Não é preciso identificar autores, pois foram repetidos às centenas na última semana. Publicá-los para que não se repitam é uma ajuda à construção das vitórias futuras do nosso povo:

- 1 Não temos dinheiro, organização e nem força para criar um fato político contundente.
- 2 A represa vai estourar em breve, quando um número razoável de brasileiros estiver vacinado.
- 3 Temos que mobilizar nossa tropa de forma remota para

estourar a mobilização no pós-pandemia.

4 Se a narrativa do genocida está convencendo a esquerda a ir pra rua, aí sim, fomos derrotados.

5 Defendemos lockdown. Os bancários lutando por home office não vão pra rua. O MST tá em casa, só saiu para doar alimentos.

6 Erro brutal, reforça o argumento do imbecil Bolsonaro, e enfraquece a união para combater a pandemia com base na ciência.

7 Somos os principais divulgadores do “fique em casa” e do distanciamento social, prisioneiros do discurso correto. Vamos ter que ter sangue frio.

8 Nossos governadores estão na linha de frente da luta contra o negacionismo. Ao propor aventuradamente atos de massa estamos nos contradizendo.

Todos vaticínios e argumentos derrotados. Não, o dia 29 não foi uma derrota da esquerda ou da ciência. Foi uma vitória popular e uma derrota do “fique em casa”, da conciliação de governadores, dirigentes pálicos e burocratas sindicais, derrota da política de caridade para acabar a fome, derrota da união nacional contra o vírus, enfim, uma derrota da tara pelo “centro democrático” para a sucessão institucional, única e estreita esperança de quem “pode” esperar outubro de 2022 em casa.

A esperança que partilhamos é a esperança maior de quem não pode esperar. Como disse o poeta, citado dia 29 na cartolina de um jovem na avenida Paulista, “quem espera nunca alcança”, por isso, “fora Bolsonaro!”, acrescentou ele. Tem razão, fora já!

Markus Sokol

Apesar de vocês... 29 foi um novo dia

Contra a vontade do povo não há argumento, é luta ou tragédia

Não foi sem obstáculos. De dentro da direção nacional às municipais, passando pelas estaduais, vozes se levantaram contra os atos de 29 de maio. Com argumentos mais preocupados com a “impressão” que isto iria causar do que com a situação vivida pelo povo. Mesmo depois que a presidente nacional do PT assinou uma nota chamando o dia 29, a insistência do “fiquemos em casa” continuou.

A Executiva Municipal do PT de São Carlos (interior de São Paulo), por exemplo, soltou uma nota no dia 27 na qual pensou orientar os militantes: “(...) Não entendemos prudente a participação de manifestações presenciais (...) Seguiremos em luta pelo FORA BOLSONARO por meio de atividades virtuais, manifestações digitais nas redes sociais”. O fora Bolsonaro em caixa alta é do original. É fácil digitar em caixa alta, para tentar mostrar convicção. Mas não convenceu. No dia 29 houve manifestação em São Carlos com a presença de muitos petistas. O Diálogo e Ação Petista estava junto.

Mas, entre os desafinados (para ser delicada), nesta canção de resistência que eclodiu no 29, o troféu vai para o presidente e o secretário geral do PT de Pernambuco. Publicaram uma nota que mais parece o despacho burocrático de um órgão de governo. Vale reproduzir a íntegra da “Notificação” na véspera do ato.

“OPRES nº 002-2021- PRESIDÊNCIA PT-PE

Recife, 28 de maio de 2021.

DE: DIRETÓRIO ESTADUAL PT PERNAMBUCO

PARA: DIRETÓRIOS MUNICIPAIS PT PERNAMBUCO

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO - RECOMENDAÇÃO Procedimento Administrativo nº 2061.000.268-2020-0030 - 34ª PJS. - MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

Companheiros e companheiras, Tendo em vista a NOTIFICAÇÃO - RECOMENDAÇÃO do Ministério Público de Pernambuco, em anexo, fica determinado que o Partido dos Trabalhadores de Pernambuco não participará e nem apoiará a participação em nenhum ato público presencial no Estado, programado para o dia 29 de maio de 2021.

Solicitamos o cumprimento rigoroso desta NOTIFICAÇÃO, em atenção às medidas restritivas dos Decretos Executivos do Governo do Estado n. 50.561/21 e 50.572/21.

Atenciosamente,
Doriel Barros, Presidente
Sérgio Goiana, Secretário Geral”

A coisa está virando

Muito atenciosamente, a militância do PT no Recife ignorou o “cumprimento rigoroso desta Notificação”, e foi para as ruas no dia 29. O Diálogo e Ação Petista estava lá. A vereadora Liana Cirne também, e foi brutal e



29M em Recife, a “Notificação” dos dirigentes caiu no vazio e os petistas foram às ruas.

covardemente reprimida pela polícia sintonizada com as orientações do Ministério Público de Pernambuco, o mesmo que orientou os autores da Notificação! (ver pág. 7).

É evidente que em São Carlos como em Recife, tais ações atrapalharam muito! Mas não conseguiram (e por isso os bolsonaristas ficaram em polvorosa), impedir que a vontade majoritária se expressasse no dia 29.

Apesar de vocês, dia 29 foi um novo dia. Como atesta o relato de Markus Sokol, da Executiva Nacional do PT:

“Dia 29 de maio em SP: talvez o ponto alto da manifestação esteja no vídeo a Midia Ninja, quando a enorme passeata Fora Bolsonaro

- pelo menos 50 mil - sai da av. Paulista e desce a rua da Consolação. Fazia tempo que eu não ouvia buzinas do outro lado da pista saudarem uma passeata. Foi emocionante ver os motoqueiros, motoristas de ônibus e particulares buzinando, não todos mas muitos, e a massa devolvendo a saudação a eles com palavras de ordem, bonito de se ver e de ouvir.

Uma simpatia renovada das ruas com a luta popular. A coisa está virando: ‘Ninguém, ninguém, ninguém aguenta mais! Fora Boldonaro, e seus generais!’, gritava a coluna do Diálogo e Ação Petista. Agora, é continuar nas ruas!”



TODOS À PLENÁRIA NACIONAL DO DAP

É luta já! O povo não aguenta esperar 2022, nem mais um dia para este governo!

Estamos convocando a 2ª Plenária Nacional do DAP (virtual). Em discussão: a luta para abreviar o sofrimento do povo brasileiro, agravado a cada dia com o governo genocida de Bolsonaro. Ouviremos os grupos de base, os militantes do DAP, sobre as suas experiências e suas preocupações. Numa situação difícil, mas também com sinais de retomada da luta popular como demonstram as atividades do 1º de maio, às quais o DAP se empenhou em construir, os protestos de 13 de maio, contra o massacre em Jacarezinho, e agora na preparação do dia 29 de maio.

O DAP, desde o início da pandemia manteve, com todas as dificuldades e cuidados necessários, atividades de rua na luta por medidas emergenciais para o povo. O DAP não faltará - como não faltou - na ajuda à essa retomada.

Com o agravamento da fome, do desemprego, do descontrole da pandemia, da destruição dos serviços públicos, vamos atualizar as medidas de emergência pelas quais continuaremos em luta. Medidas e ações que colocam, em primeiro lugar o fim do

atual governo!

O DAP não faltou, e não faltará, ao desafio de sintonizar nosso país com a retomada das mobilizações que vemos em vários países do mundo, como na Palestina e em nosso continente. Como dizem nossos irmãos colombianos, "se um povo protesta e marcha em meio à pandemia é porque seu governo é mais perigoso que o vírus".

Não é possível aguentar o desemprego, a fome, o descontrole da pandemia, somente ficando em casa. Respeitando os protocolos, é preciso ir às ruas e lutar, ruas, aliás, de onde não saiu a esmagadora maioria do povo trabalhador na labuta diária por sua sobrevivência.

Sem luta, é água no moinho de Bolsonaro que sabota a vida do povo trabalhador e dá recados colocando em questão as eleições de 2022. É água no moinho dos bolsonaristas que se sentem à vontade para avançar sua ofensiva contra os militantes do movimento sindical e popular, principalmente contra os petistas.

A força que o PT mantém, expressa também em pesquisas eleitorais,

deve ser organizada para lutar já! É para o que o DAP se dispõe. Lutamos para que o povo pare de passar fome, perder empregos, ter a Educação e Saúde destruídas, as estatais sendo privatizadas e morrendo pelo descaso com a pandemia e pela violência.

Quando o povo asfiriado, explodir nas ruas, como hoje na Colômbia e antes no Chile, estaremos ao seu lado. Agindo como o PT agia. É a ajuda que o DAP pode dar para que os problemas de orientação e condução política de nosso partido sejam superados. A ilusão nas instituições de onde não virá nenhuma saída para o povo; a busca por coligações com partidos golpistas e a concentração da energia dos militantes em atividades que não competem ao partido. Tudo em nome de preparar e esperar 2022! Até lá, se esse dia chegar, quantos brasileiros mais morrerão de fome, de Covid-19 ou de balas?

Nossa Plenária Nacional em 3 de julho será preparada pela luta ativa dos grupos de base e pela discussão que farão. Uma plenária aberta para a qual conclamamos todos os grupos de base a discutirem esta convocatória

e inscreverem os militantes que queiram participar. A plenária se realizará sob a égide do nosso compromisso: discutir, ouvir os militantes e agir como o PT agia.

Nesta 2ª Plenária podemos reunir muito mais do que os 500 militantes da 1ª Plenária (dezembro 2020)! Mais vozes, mais militantes, mais grupos de apoio, para mais luta. É assim que vamos dar um basta ao genocídio do povo brasileiro. É assim que nosso partido, agora revigorado pela restituição dos direitos políticos de Lula, mas sem baixar a guarda contra novas fraudes jurídicas, pode lutar por um governo que, a favor do nosso povo, faça as reformas populares e as transformações há tanto tempo necessárias.

Dia 3 de julho, vamos reunir e discutir para agir! É isso que o povo precisa! É para isso que convocamos a 2ª Plenária Nacional do DAP.

Maio de 2021

**Comitê Nacional do
Diálogo e Ação Petista**

Faça sua inscrição:
<http://bit.ly/pndap2021>

PREPARANDO A PLENÁRIA NA LUTA

Nada melhor para preparar uma grande, representativa e produtiva Plenária Nacional do que a crescente participação na luta, nas ruas. Desde o 1º de Maio, Dia Internacional de Luta da Classe Trabalhadora, passando pelo 13 de maio, nos protestos contra o massacre de Jacarezinho, até este 29 de maio, o dia do Fora

Bolsonaro, o DAP esteve presente com destaque, com seus pirulitos, faixas, panfletos e, principalmente, seus aguerridos militantes.

Agora, é aproveitar este impulso para preparar a Plenária Nacional de 3 de julho, com reuniões dos grupos de base e das coordenações estaduais, trazendo para o DAP novos

militantes, criando novos grupos, discutindo a necessidade de manter e ampliar a mobilização nas ruas, na luta pelas medidas mais urgente para a população, tendo como eixo o fim deste governo genocida.

Vamos fazer todo o possível para que nossa Plenária Nacional esteja à altura deste momento de retomada

das ruas e para que o DAP possa assumir uma responsabilidade cada vez maior.

Confira abaixo algumas imagens da participação do Diálogo e Ação Petista pelo país no 29 de maio (a cobertura completa e outras atividades podem ser acessadas através do nosso site: www.militante.petista.org.br):



📍 Russas (Ceará)



📍 Florianópolis (Santa Catarina)



📍 Juiz de Fora (Minas)



📍 Av. Paulista (São Paulo)



📍 Vitória da Conquista (Bahia)



📍 Brasília

O que está em jogo na Plenária da CUT

Marcada para outubro, as assembleias eletivas começam agora

A 16ª Plenária nacional da CUT (Plencut) ocorrerá entre 21 e 24 de outubro (virtual). As assembleias dos sindicatos, eletivas às plenárias estaduais, irão de 4 de junho a 18 de julho, as plenárias estaduais e reuniões de ramos, eletivas para a Plencut, de 31 de julho a 10 de setembro.

O texto base traz em anexo contribuições das forças cutistas. O texto da "CUT independente e de luta" (CIL) questiona a linha paralisante da maioria (o "fique em casa") e mostra como ela se liga a privilegiar acordos de cúpula com outras centrais, voltados à pressão sobre o Congresso e governadores, deixando as mobilizações do período isoladas.

Às vésperas das mobilizações de 29 de maio, o presidente da CUT, Sérgio Nobre, soltou uma nota dizendo que "temos a responsabilidade de não negar o momento difícil e trágico que a pandemia está causando". Atemorizando, ele conclui: "Precisaremos de todos vivos para vencermos todas as batalhas que ainda serão travadas". As ruas deram a resposta.

É hora da CUT ocupar o seu lugar

Abaixo publicamos trechos do texto da CIL:

"Governos a serviço do capital dizem que o 'inimigo comum é o vírus', buscando uma 'união nacional' que impeça a resistência a seus ataques. Seja 'em nome da ciência',



seja pelo 'negacionismo', com ou sem 'lockdown', eles utilizam a pandemia para 'passar a boiada'. Mas a resistência existe (...)

O grosso da nossa classe esteve e está em trabalho 'presencial' e os sindicalistas deveriam estar onde está a sua base. (...)

A executiva nacional da CUT se viu diante de 'pratos feitos' vindos do 'Fórum das centrais'. Foi assim com os atos de 1º de Maio virtual de 2020 e 2021, com a presença de inimigos da classe trabalhadora. (...) Em 26 de maio, durante o ato no DF por Vacina e 600 reais, dirigentes

entregaram a 'Agenda Legislativa das centrais sindicais' ao Congresso. Seu ponto 5 propõe uma comissão dos 'poderes', o que inclui o Executivo federal (e o Judiciário), com 'entes subnacionais', que são governadores e prefeitos, e 'a sociedade civil', que inclui as centrais e os empresários. O que é isso senão uma 'união nacional' com o governo genocida? (...)

Esperar 'em casa' até outubro de 2022 para eleger Lula não responde ao atual momento. (...) Nem um dia a mais para o governo genocida! O que começa nas ruas em 29 de maio por Fora Bolsonaro e deve ter

continuidade."

Defender caráter sindical da CUT

O texto aborda o tema das "novas formas de organização sindical" (trechos):

"O sindicalismo brasileiro vive uma crise de organização e representação, acentuada pela 'reforma trabalhista' de Temer e o fim do imposto sindical. Para superá-la é preciso 'amassar o barro' para sindicalizar (...).

Nada justifica a filiação individual. Os terceirizados e precarizados de um ramo de atividade podem e devem ser incorporados ao sindicato. Tanto os informais como os 'uberizados' podem organizar-se coletivamente e filiar-se à CUT. Devemos apoiar a livre organização sindical, respeitando as tradições existentes e avançando na fusão de sindicatos afins. Nos 'territórios', sub-sedes de sindicatos ou da CUT não se dissolvem em 'movimentos' (...)

A CUT deve decidir a sua própria estrutura e normas de ação sindical (auto-regulação) sem subordinar-se à PEC 196 (...). Somos contrários a que um fórum de centrais sindicais substitua o antigo papel do Ministério do Trabalho de disciplinar a ação sindical."

Vamos ao debate para rearmar a CUT para a luta de classe!

Julio Turra

MP 1045 ataca trabalhadores e sindicatos

De novo a falácia da redução de salário para "preservar empregos"

Bolsonaro editou, em 28 de abril, as Medidas Provisórias 1045 e 1046, com ataques frontais a direitos trabalhistas e aos próprios sindicatos.

A MP 1045 recoloca a questão da redução de salários e da suspensão dos contratos de trabalho. Seu principal ponto é o que autoriza a redução de salários por "acordo individual". É aquele "acordo" no qual o empregador chama o funcionário e manda ele assinar um texto impresso.

É uma violação do que está estabelecido na Constituição, que prevê a irredutibilidade de salários, a não ser por negociação coletiva. Por isso, trata-se de uma medida brutal contra as entidades sindicais, cuja característica básica é a capacidade de ação e negociação coletivas.

Desde a criação dos primeiros sindicatos, sua dinâmica é a de congregar os trabalhadores em torno dos interesses comuns, rompendo com a concorrência entre eles que o capital

estimula, e impor a sua força comum na prática, por meio de organização, mobilizações, greves, negociações e acordos coletivos. Como resultado da luta de classes secular, esse direito foi inscrito em lei.

Do ponto de vista financeiro, a MP 1.045 permite que as empresas economizem parte de sua folha de pagamento, recebendo dinheiro público para pagar parte dos salários, frequentemente mantendo os trabalhadores fazendo suas jornadas normais.

Para ajudar as empresas, o ministro Paulo Guedes, que corta fundo os gastos sociais, destina R\$ 10 bilhões a este programa. As empresas sequer precisam provar a necessidade econômica de reduzir gastos. Basta querer!

A tal "garantia provisória" do emprego previsto na MP após a redução é uma falácia. Trata-se apenas de uma indenização suplementar.

Já a MP 1.046 – postergação de pagamento das férias e do FGTS, alteração de regras para férias etc. – pode simplesmente ser aplicada pelas empresas.

Apoio envergonhado

Para os pelegos e os defensores da colaboração capital-trabalho, a base para apoio ao projeto é o uso do dinheiro público para ajudar as empresas, tendo como subproduto um tênue desincentivo às demissões.

Infelizmente, a posição da CUT é de apoio envergonhado. Na matéria no site da central, a primeira crítica é o fato de que "demorou cinco meses" até editar a medida. Critica-se também a "redução dos recursos disponíveis" (!!!), o que demonstra a defesa desse uso para o dinheiro público. Depois, critica-se a aplicação das medidas sem negociação coletiva, mas, no conjunto, não se explica o caráter antissindical aberto

da MP e se desarma o combate a ela.

Como enfrentar a situação? A única forma é chamar a resistência coletiva ao primeiro sinal de que a empresa lançará mão da MP. Isso passa pelos sindicatos soltarem um material de alerta aos trabalhadores, explicando o que é a MP e orientando a base a entrar em contato com a entidade tão logo a empresa anuncie a redução de salário. Neste caso, o sindicato pode chamar assembleia imediatamente, orientando os trabalhadores a que não assinem o documento, e exigir negociação coletiva.

Havendo uma adesão significativa, é possível boicotar a assinatura dos acordos individuais, forçando a negociação, como ocorreu em empresas em 2020, mesmo no atual cenário defensivo. A resistência coletiva pode desembocar até em uma greve, caso a empresa se recuse a negociar.

Paulo Zocchi

Vira, vira, vira....

No dia 29 de maio a prova foi feita! O povo quer lutar para pôr fora já o genocida

“O mais importante, contudo, é constatar que os protestos da oposição tendem a marcar um inflexão na atmosfera política” (Estadão, 1 de junho). Pois é, até este jornalão em cuja capa, “negacionista”, no dia 30 de maio, as manifestações não existiram (no que não estava só, mas acompanhado pela esmagadora maioria da mídia), até o Estadão reconhece agora que há algo de novo, depois do dia 29 de Maio!

Neste dia, desde cedo, em capitais e cidades por todo interior do país começavam as manifestações que levaram às ruas mais de 400 mil pessoas. Foram atos, passeatas e panfletagens em todas as capitais e mais de 200 cidades do país onde ecoou o Fora Genocida.

A realização das manifestações teve que superar obstáculos no interior das organizações dos trabalhadores.

No PT, apesar do chamado da Presidente Gleisi, vários dirigentes manifestaram-se, até pela grande imprensa, contrários às mobilizações. Algumas instâncias e dirigentes até boicotaram. Assim a presença do PT, de forma organizada e mais ampla ficou comprometida (ver pag. 4 e abaixo).

Na cúpula da CUT, e na maioria das suas Confederações também houve “operação esfriamento”. Sérgio Nobre, presidente da CUT jogou para atemorizar em função da pandemia (ver pag. ao lado). Não sem contradições. CUTs estaduais, como SP e RS, apoiaram a atividade. Mas o estrago vindo de cima pesou e a CUT não se apresentou nas mobilizações como lhe caberia.

Grande ausente também foi o MST, cujos dirigentes são contrários aos atos centralizados, até que a vacina

chegue para todos!

“Direito, emprego, comida e vacina! Trabalhador na rua, é fora genocida!” era uma das palavras de ordem puxadas pelo Diálogo e Ação Petista, que esteve presente de forma organizada em dezenas dos atos, na Av. Paulista. Afinal, até para ter vacina é preciso pôr prá correr o genocida, não é mesmo?

As ações contrárias tentaram jogar água na fervura, mas não pegaram!

As manifestações foram um sucesso. Abertas no sábado pela manhã, com a grande presença no Rio de Janeiro e Brasília, culminaram com os mais de 10 quarteirões da Paulista tomados por mais de 50 mil pessoas.

Reportamos abaixo um pouco dos relatos enviados pelos nossos correspondentes, sobre este dia em que valorosos manifestantes, com grande participação da juventude, saíram às ruas para lutar pelas necessidades da maioria do povo: nem mais um dia para este governo!

Misa Boito

Rio Grande do Sul

Atos em várias cidades como Santa Maria, com cerca de 2000 pessoas, a maioria jovens. Em Rio Grande, São Leopoldo houve atos. Em Caxias do Sul, o Fora Bolsonaro foi unânime e a população apoiou de forma massiva ao longo da caminhada que cruzou o centro da cidade. Houve manifestações em várias cidades, até em regiões “reacionárias”.

A grande e boa surpresa foi Porto Alegre. A manifestação foi preparada por uma reunião com 80 pessoas, dezenas de entidades, puxadas pela CUT, a contragosto das outras

centrais.

O PT muito lateral, fez card. Pimenta fez vídeo convocando, a UNE também organizou reunião preparatória. Sem exagero, o ato de Porto Alegre reuniu de 20 a 30 mil pessoas. Esperávamos milhares, mas foi muito além. O MST esteve ausente. Havia vários sindicalistas, alguns com as bandeiras das entidades.

Bahia

A Executiva do PT BA boicotou descaradamente. Ao ponto de fazer ligações para presidentes de DMs propondo não ter atos presenciais, mas virtual. Era a orientação do governador Rui Costa e do senador JW “contra o negociacionismo”, visando 2022. Deram com a cara na parede. Houve atos e panfletagens em várias cidades do estado. Em Salvador, Vitória da Conquista e Feira de Santana os Diretórios Municipais bancaram os atos. Em Salvador o ato reuniu mais de 10 mil pessoas. A CUT BA não chamou, liberou. Alguns sindicatos cutistas foram. No ato ajudamos a organizar uma coluna com cerca de 300 petistas. Distribuímos os panfletos do DAP. Nenhum foi visto no chão e vimos várias pessoas lendo na praça.

Brasília

A avaliação é que o ato reuniu 20 mil pessoas. Distribuímos panfletos do DAP. A Juventude Revolução do PT que organizou um bloco também fez distribuição de panfletos. Houve carreata misturada com o ato, mas não prejudicou. A ausência da CUT pesou para a condução da atividade (organização das falas no carros de som, por exemplo). Pelo PT falou a deputada Érika Kokay. As intervenções, em geral foram na linha “não esperar 2022, tirar Bolsonaro já, e ficar nas ruas. No ato, cerca de 80% dos presentes eram jovens.

Pernambuco

O ato reuniu cerca de 15 mil. No dia anterior o Ministério Público de PE orientou a não realização da

atividade. O PT foi a única organização que acatou a recomendação e soltou uma nota orientando a não participação e informando que não apoiava os atos do dia 29.

Ato extremamente positivo em Recife, depois do 1º de maio que o PT e a CUT não foram às ruas e após o PT vergonhosamente soltar uma nota contra o ato. Tivemos uma banquinha de coleta do abaixo assinado da testagem em massa, que teve uma boa aceitação. No final do ato houve a ação truculenta da PM. O PT soltou uma nota de repúdio e solidariedade a Liana Cirne (vereadora agredida), mas que não cita o governo do Estado. Soltamos uma nota enquanto Diálogo e Ação Petista.

Paraná

Em Curitiba tinha cerca de 10 mil pessoas. O que é muito para o período e um sinal claro de ascensão. Presença esmagadora de jovens. Embora algumas falas (PCB, PCO) incluíssem menções às eleições de 2022 (“Lula presidente”, o que obviamente não foi rejeitado pela massa), o tom geral tanto das falas quanto das palavras de ordem foi a necessidade de derrubar o governo. Foi de fato um ato fora Bolsonaro. O PT esteve quase oculto. Embora houvesse muitos militantes, não havia direção estadual, nenhum deputado (alguns podem ter participado em atos nas suas cidades, não sei). Por fim, se Curitiba foi um retrato fiel, guardadas as devidas proporções, do que aconteceu no Brasil, estamos diante de uma vigorosa retomada da luta nas ruas.

Minas Gerais

Em Belo Horizonte, com cerca de 10 mil, 80% de jovens. A presença do PT e da CUT foi pífia. Nem o carro de som da CUT apareceu. Houve atos em outras cidades, como Juiz de Fora, St Dumont e Ipatinga cuja organização contou com o impulso do DAP. De um modo geral todo mundo confluindo pelo Fora Bolsonaro Genocida.



◀ Rio de Janeiro



◀ Maceió



◀ Florianópolis

Orçamento de guerra ao Ensino e à Ciência

Cortes de Bolsonaro estrangulam Universidades Federais

O orçamento de Bolsonaro é uma declaração de guerra ao ensino superior brasileiro. Traz uma redução de R\$ 1,1 bilhão de verbas de Custeio (gastos correntes com bolsas de pesquisa, auxílio estudantil, contas de água, luz, limpeza, compra de materiais, manutenção de laboratórios etc.) às 69 Universidades Federais - 18,2% a menos do que o já arrojado Orçamento de 2020.

Pior. Ao garantir as emendas ao Centrão e o Teto de Gastos (da EC-95), Bolsonaro ainda bloqueou e vetou R\$ 30 bilhões em gastos sociais, dos quais R\$ 3,2 bi eram do MEC - boa parte vindo do Ensino Superior, deixando-o com o custeio igual ao de 2009 (quando o número de alunos era metade do atual) ou à metade do de 2015.

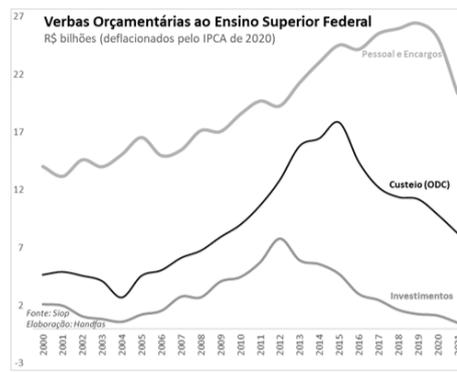
Cerca de R\$ 200 milhões foram cortados da Assistência Estudantil, o que levará à evasão em massa de alunos carentes.

Bolsas de pesquisa, já fortemente reduzidas nos últimos anos, devem desaparecer, levando ao colapso da produção científica, sobretudo nos programas de pós-graduação.

Universidades que já planejavam a retomada das atividades presenciais, ficam impedidas de fazê-lo. Na UFRJ, por exemplo, estavam previstas a aquisição de EPIs, testagem periódica para alunos e docentes, dispositivo de rastreamento de infectados, além de insumos para fabricação própria de álcool-gel e adaptação dos espaços para maior ventilação e distanciamento. Tudo inviabilizado com os cortes.

Os reitores começaram a comunicar a suspensão de atividades por simples incapacidade de pagar as contas básicas.

Sob pressão, o governo adiantou um crédito suplementar de R\$ 2,59 bi às Universidades, recompondo apenas parte do cortado/bloqueado. São recursos remanejados de programas custeados com emissão de títulos da dívida, a serem autorizados pelo Congresso a ficarem de fora da "regra de ouro" - que, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, impede financiamento de despesas correntes com endividamento. Aliviará para pagar algumas contas só por mais alguns meses.



Cortes desde o Golpe

O gráfico mostra que após um longo período - que vinha dos anos Collor/FHC - de estagnação e estrangulamento, o sistema federal de Ensino Superior (além das Universidades, parte dos 40 Institutos Federais) foi expandido com os programas dos governos do PT. Entre 2006 e 2014, 18 novas Universidades e 173 novos campi foram criados - além de dezenas de novos Institutos. O número de estudantes mais do que dobrou, atingindo os atuais 1,3 milhões. Para construir as novas instalações, os investimentos sextuplicaram entre 2005 e 2012 (reduzindo em seguida). E para manter

minimamente seu funcionamento, as verbas de custeio tiveram que quase triplicar no período 2005-2015.

Mas a pressão dos especuladores/mídia/golpistas para cortar verbas sociais, ainda no governo Dilma (com o Plano Levy) - e que levou ao golpe, à recessão, à EC-95 (teto de gastos) e a Bolsonaro - provocou uma queda de 61,2% em Custeio e Investimento juntos entre 2015 e 2021.

A expansão obrigara também a contratação de novos docentes e técnicos, embora com crescimento menor que o de alunos (e com benefícios previdenciários reduzidos), elevando gastos com Encargo/Pessoal até o imediato pós-golpe. Mas, entre 2019 e 2021, eles caíram 23% com as medidas de Guedes: a perda de mais de 10% de salário à inflação e de certos benefícios; o fim dos concursos, impedindo recomposição do quadro; e a dispensa dos temporários.

É uma guerra à produção científica e pedagógica do país, justamente quando a luta à pandemia mais a requer.

Alberto Handfas

PL transforma Educação em serviço essencial

Ataque ao direito de greve e os governos não dão condições de volta às aulas

A discussão sobre a transformação da educação em serviço essencial ganhou destaque nos últimos meses, culminando com a tramitação do PL 5595/2019 no Congresso, hoje, temporariamente, fora da pauta do Senado. Concretamente, entre as diversas sabotagens ao controle da pandemia, a base bolsanarista, negacionista até a medula, visa ampliar os ataques aos direitos da população ao forçarem o retorno das aulas sem antes garantirem testagem em massa RT-PCR, rastreamento e isolamento de contagiados, sem garantirem a vacinação para todos pelo SUS, sem propiciarem a presença de uma quantidade de funcionários para cada escola e, tampouco, realizarem as obras de adequação para prover a segurança sanitária. Na mesma perspectiva diversos estados e municípios tentam impor o retorno sem segurança sanitária, adotando decretos e

leis similares, como em São Paulo, Santa Catarina e a cidade de Teresina.

Embora a discussão esteja marcada pela pandemia, os efeitos perversos para a educação, sobretudo para os profissionais em educação pública, têm como alvo minar capacidade organizativa da categoria e o direito de greve.

Em SP e outras capitais greves por condições para aulas presenciais

É o que se desenha com a greve dos educadores do município de São Paulo, que já dura mais de 100 dias e enfrenta a intransigência do governo do PSDB/MDB, que não negocia verdadeiramente, não atende as reivindicações e, ao cortar os salários dos grevistas, nega o direito de greve.

Efetivamente, com a greve de São Paulo as escolas se esvaziaram, a categoria demonstrou para a população as precárias condições de trabalho,



ao levar às comunidades as exigências apresentadas ao governo municipal acerca do controle da pandemia, ao tomar as ruas com diversos atos, marchas e carreatas, o que refletiu na percepção de milhares de famílias que não têm enviado crianças e jovens para as aulas presenciais. Não sem razão, a pesquisa "Viver em São Paulo: Saúde e Educação", de 25/05, atesta: 93% considera haver um alto

risco de contágio nas escolas abertas; 89% defende que não há estrutura para evitar o contágio durante as aulas. Mesmo entre aqueles que disseram concordar totalmente ou parcialmente com a volta às aulas, 86% temem a contaminação nos ambientes escolares e até 81% compartilham a análise sobre a falta de estrutura.

A difícil situação dos profissionais em educação de São Paulo, não é um fato isolado das diversas redes municipais e estaduais Brasil a dentro, que se batem por um retorno seguro às aulas presenciais. São greves e mobilizações a favor da retomada das aulas, para o quê é responsabilidade dos governos garantirem as condições necessárias. O combate ao PL 5595, que ameaça o direito de greve, deve integrar nossa luta.

Nelson Galvão

Mais desemprego!

No dia 27/5 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou pesquisa que revela que o desemprego nos primeiros 3 meses de 2021 bateu recorde

no Brasil. São 14,8 milhões de brasileiros desempregados o maior número desde 2012, quando a pesquisa começou. Entre os jovens de 18 a 24 anos a taxa de

desemprego é de alarmantes 31%. No entanto, o problema é ainda maior.

Outros 6 milhões são considerados "desalentados", são aqueles sem

emprego que perderam a esperança de procurar por mim. Em 1 ano o país perdeu 6,6 milhões de trabalhadores, a maior parte, 3,52 milhões tinham

carteira assinada. Uma redução de 10,7% do total de trabalhadores com carteira assinada no país em comparação com abril de 2021.

Bolsonaro, cada dia mais agonia

Provocador, destruidor do serviço público, do meio ambiente... quer poder como imperador

Hoje, já é difícil encontrar quem não tenha um parente, um amigo, colega de trabalho, companheiro de militância política ou sindical cuja vida não tenha sido ceifada pela Covid-19.

Com o Brasil caminhando para a triste marca de 500 mil mortos e sob o olhar complacente de todas as instituições apodrecidas, Bolsonaro se faz acompanhar por um séquito fascistoide em passeio de moto no Rio de Janeiro, torrando dinheiro público, e, com Pazuello, afrontando abertamente o regulamento do Exército. É a trajetória golpista.

A CPI desgasta Bolsonaro e confirma o já sabido. Na pandemia a política do governo é promover a contaminação em massa, para a "imunidade de rebanho". O povo do Amazonas foi a primeira cobaia.

A relação negacionista de

Bolsonaro na pandemia é análoga à que ele tem com a urna eletrônica, apesar de ela ter servido para vir eleger o e à numerosa família há décadas.

Num caso, ele quer a contaminação em massa. Noutro quer o voto impresso para criar tumultos e pretextos, pavimentando o caminho da aventura golpista que o mantenha no poder como bonaparte.

Prova adicional de que "o contrapeso das instituições" não fará Bolsonaro recuar em sua negativa em demitir o ministro anti-meio-ambiente, Ricardo Salles, denunciado por um insuspeito delegado da Polícia Federal numa investigação por desmatamento ilegal e facilitação de contrabando, movida com informações da embaixada do imperialismo estadunidense no Brasil. Já no governo Biden, diga-se.

A serviço do capital

A sustentação de Bolsonaro vem do apoio que recebe do capital financeiro, porque, para esses, seu governo é funcional, malgrado as centenas de milhares de mortos, os desempregados e os milhões jogados na insegurança alimentar.

Engraxada pelos bilhões do orçamento secreto para emendas parlamentares, a base governista age como uma máquina de entrega do patrimônio público à ganância dos capitalistas tupiniquins e estrangeiros, com a privatização de estatais e desmonte do serviço público.

A mal chamada reforma administrativa (PEC 32) visa a colocar sob controle total do mercado uma série de serviços que, hoje, são obrigação do Estado, como Saúde e Educação, por exemplo.

Mesmo sendo flagrantemente

inconstitucional, a PEC 32 foi admitida pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da Câmara. Mas a luta da base dos servidores surtiu efeito, vários votos foram virados e o resultado (39 a 26) deixou os governistas preocupados. Caso essa proporção venha a ser mantida no plenário a reforma não será aprovada.

Diante da pressão contrária e para garantir a aprovação, o relator da PEC, Darci de Matos (PSD-SC), já operou dois recuos retirando dispositivos que eram "bode na sala" e anunciou que poderá retirar outros na Comissão Especial, para onde segue a tramitação.

Mas a derrota definitiva da PEC 32 depende da mobilização popular. A mesma mobilização que é o único remédio para salvar o Brasil do governo Bolsonaro.

Edison Cardoni

De onda em onda, situação segue descontrolada

Só a retomada das ruas, com medidas de segurança sanitária, pode pôr fim nisso

A pandemia se agrava, e a inefetividade das ações de enfrentamento durante todo o período de 2020 e 2021 são expostas na CPI. A cobrança dos meios para sair da situação crítica com vacinação e testagem continuam.

Sabemos de quem é a culpa pelo descontrole da pandemia no país: do governo Bolsonaro

O assunto do momento é a CPI. Entre depoimentos absurdos e mentirosos, encontramos o do general ex-ministro citando que não teve influência de Bolsonaro para adotar medidas não comprovadas cientificamente, e negando a ciência da falta de oxigênio em Manaus a tempo de intervir no que ocorrera.

Em seguida nos deparamos com o depoimento da médica nomeada "capitã cloroquina", médica secretária do Ministério da Saúde (MS), carregado de inconsistências e ataques à saúde pública, a fundação Fiocruz e aos servidores. Para tentar se defender da aplicação de medidas sem eficácia ou prejudiciais, esse grupo de médicos que hoje estão no Ministério da Saúde criaram um encontro às pressas, reunindo nomes que se auto intitulam "defensores da terapia precoce", como intuito de se defenderem do indefensável: a aplicação de medidas deletérias aos pacientes.

Vacinação e Testagem

Apenas 10% da população possui as 2 doses e estão imunizados. A produção está atrasada e acordos



não são cumpridos pelo Ministério da Saúde (MS). O Instituto Butantã teve uma promessa de 80 milhões para preparar sua fábrica que dará autonomia para a produção de vacinas (sem precisar de importar o IFA – Ingrediente Farmacêutico Ativo- dos chineses). E esse montante até agora não foi repassado.

Testes diários não têm nem contabilização mais pelo MS. Acuado pela CPI, o MS anuncia vacinar toda população adulta até o final do ano e realizar testagem em massa. Quem acredita?

Como meio de pressão à testagem em massa, o Projeto de Lei da Testagem por iniciativa do Diálogo e Ação Petista (DAP) já foi protocolado em diversos municípios como em Volta Redonda, São Bernardo, Florianópolis, Campinas, Juiz de Fora... E tem

sido utilizado para se discutir em diversas atividades a necessidade da testagem, rastreamento, isolamento, condições de local de trabalho com distanciamento, máscaras e álcool-gel garantido pelos patrões.

Em Franca (SP) o projeto foi aprovado por unanimidade na Câmara dos Vereadores e o prefeito Alexandre Ferreira (MDB) está sentado em cima. Na cidade de Juiz de Fora o PL da Testagem protocolado pela vereadora Cida Oliveira (PT) é usado para passar abaixo assinado em locais de trabalho. Outro exemplo é Campinas (SP), aonde 5 vereadores (PT e PSOL) protocolaram o PL da Testagem e estão discutindo a necessidade de testes no município com atividades com a Unicamp para testagem em comunidades para estudos.

Ribeirão Preto (SP) já possui 2.200

assinaturas pelo projeto de iniciativa popular do DAP e está chegando no número necessário para protocolar o PL na Câmara. Essas assinaturas têm sido coletadas através de atividades do DAP em comunidades associadas ao abaixo assinado de "despejo zero" no município. Em São Bernardo do Campo o DAP vem realizando a coleta de assinaturas do abaixo assinado em atividades com banquinha, para apoiar o PL protocolado, com o PL de Auxílio Emergencial da mesma autoria (Vereadora Ana Nice - PT).

A retomada das ruas, com medidas de segurança

A CPI aberta e a certeza que a pandemia continuará, as condições de vida em degradação, a fome batendo a porta das famílias, são o alimento para gerar a indignação com o genocídio da classe trabalhadora. Por isso entidades rediscutem a falsa divergência entre a política de isolamento e a movimentação nas ruas, como os atos de 29 de maio, devido a necessidade de pôr um fim ao governo que é mais mortífero que o vírus.

Entidades de saúde e representativas de médicos – Rede de Médicos Populares, Associação de Médicos pela Democracia, Sindicato dos Médicos de São Paulo – não só aprovam mas convocam a ida às ruas e ajudam a difundir medidas de segurança (máscara, distanciamento e álcool-gel).

Juliana Salles

Chile: do “estallido” de 2019 às eleições de 2021

Derrota da direita e maioria de votos para os independentes são os traços principais das urnas

Nas eleições chilenas em 15 e 16 de maio para eleger constituintes, com o mandato de escrever uma nova Constituição (fruto das mobilizações eclodidas em outubro de 2019 -o “estallido social”, como dizem os chilenos), houve dois grandes derrotados.

O governo e os partidos de direita, que não lograram o um terço das cadeiras para exercer o poder de veto às mudanças exigidas pelo povo. Das 155 cadeiras, ficaram com 35.

Grandes derrotados também foram os partidos diretamente patrocinados dos 30 anos de Concertación, capitaneada pelo Partido Socialista (PS) e Democrata Cristão (PDC), que amargam um quarto lugar com 25 cadeiras.

O destaque foi a eleição dos independentes, candidatos por listas não identificadas a qualquer partido, mas aos movimentos sociais, que ficou em primeiro lugar com 48 cadeiras. A lista do Partido Comunista (PC) com a Frente Ampla (FA) teve um desempenho que surpreendeu. Elegeu 28 constituintes e o PC, numa eleição que também era para prefeitos, ganhou na capital Santiago.

A situação aberta no país em 2019 segue presente. O que explica, por exemplo, a queda de 9,21% da bolsa de valores no Chile no dia 17 de maio. Visto, por décadas, como um paraíso para o capital financeiro – a menina dos olhos sendo o sistema de previdência privada, os fundos de pensão, instituído na ditadura de Pinochet – o estallido de 2019

indica aos especuladores as portas do inferno. Nosso correspondente no Chile, nos escreve sobre a situação pós eleitoral.

“Chile, depois das eleições

A direita e o governo, ainda que tentando reagir, estão no chão. No decorrer dos dias se dimensiona melhor a derrota sofrida, e cada erro que cometem é amplificado.

Isto não significa que retrocedem, ao contrário, tentam impor suas reformas.

Os grupos empresariais se preparam para resistir em bloco à possíveis mudanças na Constituição e financiam tudo que seja propaganda contra os independentes, dizemos independentes para diferenciar da esquerda integrada ao sistema.

O governo Piñera, diante da crítica de não ajudar os mais pobres, para salvar a cara, anuncia que entregará mais auxílios, eliminando alguns requisitos, mas os problemas persistem, já que isso aliviara só momentaneamente a crise.

Presos políticos

Manifestações recentes, feitas em vários pontos do país, foram reprimidas e houve prisões.

Ainda não há definição sobre a questão dos indultos aos presos da revolta (o “estallido social” de 2019). O projeto de indulto está sendo discutido no Senado e conta com o apoio de vários constituintes recém eleitos.

Por enquanto só foi aprovado



Contra o vento e Covid, Chile decidiu acabar com o legado do ditador”, diz o cartaz no dia do plebiscito que deu ampla vitória ao sim a uma nova constituição.

legislar sobre o projeto que passa a ser discutido pela Comissão de Constituição do Senado.

Pensões

O governo tenta impor seus critérios com pressão, interna e externa, dos interessados neste grande negócio da previdência privada. O Fundo Monetário Internacional (FMI), coloca suas garras e propõe aumentar a idade de aposentadoria e também aumentar as taxas de cotização, o que supostamente elevaria a taxa de reembolso para 50% (hoje chega a 30%).

A Coordenadora da campanha NO + AFP (Administradoras dos Fundo de Pensão), afirma que não se pode falar em uma nova Constituição, se não se elimina as AFPs e se cria um sistema de Previdência Pública e Solidária.

Constituintes eleitos já se comprometem a defender a proposta da Coordenadora.

Pandemia

O governo insiste em abrir o comércio, e agora inventa um passe de mobilidade para os que cumpram requisitos de vacinação, um tipo de cartão verde. Isso quando se vive a segunda onda, com mais contágios, mais de 2500 contagiados conectados à ventilação e mais de oito mil contagiados em residências sanitárias.

Seguimos em luta

Passada as eleições as fichas se concentram nas primárias para candidaturas à presidência nas eleições de novembro que elegerá também um novo Congresso. Com a debacle dos partidos políticos, na Câmara foi aprovado um projeto pela volta do voto obrigatório, tornado voluntário no Chile em 2009.

Diante do resultado das eleições peças se movem para se antecipar ao que muitos supõem. Um temor ao qual acrescentou-se o resultado da aliança do PC com a FA. O PS e o PDC, amplamente rechaçados pelos 30 anos de Concertación, com o péssimo desempenho de sua lista nas eleições de maio, ficaram à deriva e tentam reformular-se.

De nossa parte, concentramos as energias na luta para que a Convenção Constitucional, que se instala em julho, atenda às aspirações populares que ecoam alto, em todo o Chile, desde o estallido de 2019.

Santiago 28 de maio de 2021

Javier Marquez

Uruguai: o povo resiste

Mesmo com pandemia recorde os uruguaios buscam uma saída

O país passa o pior momento da pandemia. No começo, quando eram poucos os casos de contágio, se chegou a suspender as atividades por três semanas. Na época, o presidente Luís Lacalle Pou (do Partido Blanco que encabeça uma coalizão de direita desde março de 2020), dava entrevistas todo dia se vangloriando da “excelente condução”, agora que a situação é alarmante, escassearam as entrevistas. Apesar de uma certa vacinação, o Uruguai é o hoje o primeiro país do mundo em mortes por milhão – média de 50 por dia, 4200 óbitos num país com uma população de 3,4 milhões, o recorde!

O sindicato dos médicos e a academia de ciências pedem a redução da

mobilidade nas atividades não-imprescindíveis, com um salário emergencial de compensação.

Assessores científicos do governo pediram uma paralisação total por duas semanas. Mas o presidente segue sua chamada “liberdade responsável” que, na verdade, responsabiliza o povo pelos contágios, tirando o corpo fora.

Por outro lado, o país vive uma aguda crise econômica, agravada por uma política que atende as grandes empresas.

Por exemplo, o governo acaba de entregar por 60 anos o principal porto, Montevideu, à uma multinacional, com o monopólio privado de fixação das tarifas.

Luta contra lei regressiva e privatizante

A Frente Ampla (coalizão da oposição que esteve 13 anos no governo) está apoiando uma iniciativa originada nos movimentos sociais de revogar uma brutal lei de responsabilidade fiscal – autoritária, regressiva socialmente, e privatizante -, aqui conhecida pela sigla LUC. A lei foi aprovada de sopetão pela direita no início do atual mandato, com apoio da FA a alguns dos seus artigos 435 artigos. Mas hoje, após muita polemica, e já com apoio da central sindical (PIT-CNT), um pedido constitucional de referendo para derrubar a LUC (total ou parcialmente), reuniu 600 mil adesões das 700 mil que são necessárias. Tantas adesões em plena

pandemia indicam uma disposição de luta.

Nesta situação o PIT-CNT chama a uma paralisação de 24 horas contra o desemprego e o fechamento de 7 mil pequenas empresas que, ao contrário das grandes, não recebem apoio fiscal.

Por outro lado, a população mais necessitada nos bairros enfrenta o real problema da fome.

Um fenômeno importante é participação nas “ollas populares” (cozinhas comunitárias) que cresceram e já chegam a 350 ligadas numa Rede Nacional, o povo luta em busca de uma saída.

Correspondente

Rebelião na Colômbia já passa de um mês

Desde Cali, companheiros informam sobre a situação no país vizinho

Em 21 de maio o Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio nas Américas (CILI) promoveu uma "live" com Ricardo Sánchez e José Arnulfo Bayona, da Red Socialista de Colômbia, que dialogaram com questões levantadas por companheiros e companheiras do México, Venezuela, Equador, Peru e Brasil sobre o "Paro Nacional" iniciado em 28 de abril transbordado como levante de todo o povo contra o governo pró-imperialista de Iván Duque.

Os dois companheiros, além de expor a situação em seu país (ver vídeo no facebook do DAP-Brasil), afirmaram a sua adesão ao CILI. Abaixo notas enviadas por Bayona sobre o que se passou em Cali ao completar-se um mês do "Paro" em 28 de maio.

Violenta repressão em Cali

"Foi a jornada de mobilização mais apoteótica desde o 28 de abril, especialmente em Bogotá, Cali, Medellín, Popayán e Pasto. Em Cali a repressão foi mais violenta, numa ação combinada da polícia, exército e seus aliados civis armados (paramilitares), que dispararam, até com metralhadoras, contra as mobilizações. Um massacre com 23 mortos ou mais.

Em Tuluá, próxima a Cali, incendiaram o Palácio de Justiça, culpando



Desde 28 de abril a rebelião não para

os supostos vândalos da greve, mas circularam vídeos que evidenciam a responsabilidade de narcotraficantes aliados da polícia, os quais tinham processos penais no referido palácio.

À noite Duque viajou a Cali e reuniu-se no bairro dos ricos com os responsáveis pela agressão aos indígenas do CRIC (conselho regional indígena de Cauca, NdT), anunciando sete mil soldados e mais cinco mil policiais do tenebroso ESMAD (esquadrão móvel anti-distúrbios, NdT) para militarizar a cidade e romper a sangue e fogo os bloqueios e os locais de resistência. Ele editou o decreto 575 ordenando a militarização de

8 departamentos, dentre eles o de Vale do Cauca, Cauca, Nariño, Risaralda e Norte de Santander, na fronteira com a Venezuela, violando nos fatos o pré-acordo de 'criar condições para garantir o protesto social' ao que havia chegado com o Comando Nacional do Paro."

"Trinta dias de greve e a luta continua"

Bayona também nos enviou o seu artigo de 27 de maio com o título acima. Nele podemos ler (ver a íntegra em larosaroja.org):

"A força e contundência da greve (...) encurralaram o governo, que foi obrigado a retirar o seu regressivo

projeto de reforma tributária e aceitar que o projeto de lei 010 de contrarreforma da saúde fosse arquivado pelo Congresso. (...) O governo esperava que o 'paro' acabasse. Não obstante a luta continuou e desta forma notificou o governo e seus aliados que as causas da rebelião têm raízes mais profundas.

É a luta contra a injustiça, contra a fome e pelo pão, contra a guerra e pela paz, (...) pela recuperação dos direitos trabalhistas, emprego digno, produtivo e formal, pela reforma agrária e direitos de camponeses e trabalhadores do campo, por saúde gratuita e universal, por educação gratuita desde a pré-escola até a universidade, para acabar com o extermínio das comunidades indígenas e defender seus territórios, pelos direitos dos afro-colombianos e contra o racismo, contra o feminicídio e pela igualdade de direitos das mulheres e LGBTI...

Todas essas consignas são agitadas por multidões mobilizadas que, ainda que não sejam conscientes do alcance, constituem um programa político alternativo de luta por radicais transformações democráticas do estado e da sociedade em seu conjunto."

Toda a solidariedade à luta do povo colombiano!

No Peru, Pedro Castillo presidente!

Em 6 de junho, o 2º turno eleitoral com o país polarizado

No país vizinho, a Corrente Socialista Internacionalista (CSI), seção peruana da 4ª Internacional, tomou a iniciativa de propor, através de seus militantes que ocupam posições no movimento sindical e popular, a "Carta Aberta ao professor Pedro Castillo Terrones, candidato à Presidência da República".

Mais de 60 dirigentes de todos os níveis da CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru), de outras federações e sindicatos, de organizações populares e da juventude, foram os primeiros a firmar essa Carta Aberta, que se conclui reiterando "ao candidato Pedro Castillo que materialize, desde o novo governo ao ganhar o 2º turno, a convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana que resolva as reivindicações centrais da plataforma antes enunciada, as mesmas que surgiram das lutas e mobilizações dos trabalhadores e do povo. Para contribuir para esses objetivos, nos comprometemos a constituir comitês de ampla unidade para defender o voto, bem como para enfrentar os ataques dos

inimigos dos trabalhadores e da maioria da nação ao candidato do partido Peru Livre". Abaixo trechos do editorial do jornal "El Trabajo" do mês de maio:

Votar por Castillo para convocar a Assembleia Constituinte

"O povo da Colômbia acaba de sublevar-se contra o governo de Iván Duque (...). Apoiamos essa luta que amplia a resistência crescente das massas no mundo e em particular nas Américas: EUA com o movimento negro e os milhões de desempregados, Haiti, Chile, Bolívia, Peru...

A Covid-19 continua matando a mais de 170 mil cidadãos, com a maioria nacional sem infraestrutura sanitária, oxigênio, leitos de UTI e testes; cresce a raiva dos sete milhões de desempregados e a resistência dos trabalhadores ...

É o rechaço a esta situação que se expressou como voto de protesto nas eleições de 11 de abril e no 'fenômeno Castillo', golpeando todas as organizações de 'direita' e 'esquerda' do sistema político burguês ...



Hoje o país está em polarização crescente, sobre um vulcão, com Pedro Castillo retomando o grito das ruas por uma Assembleia Constituinte, enquanto Keiko Fujimori, o FMI e os patrões dizem que irão defender a ferro e fogo a Constituição de 1993, forjada por seu pai com o apoio da OEA e o aval de todas as organizações submetidas ao imperialismo dos EUA. Polarização que

se aprofunda quando, de um lado, López Aliaga, aliado do fujimorismo e porta-voz da direita e do imperialismo, instiga num comício: 'Morte ao comunismo, morte a Castillo!', alentando assim uma guerra civil. De outro lado, setores amplos da população, de forma espontânea, bloqueiam os comícios de Keiko Fujimori, candidata de toda a burguesia e do capital imperialista para garantir a continuidade de seus lucros...

O jornal 'El Trabajo', que luta por uma Assembleia Constituinte Soberana que resolva as reivindicações dos trabalhadores e a soberania da nação, toma posição a favor do voto em Pedro Castillo no 2º turno e, junto a todos os dirigentes do movimento sindical e popular que firmaram a Carta Aberta a Pedro Castillo, convoca nossos leitores e os círculos de 'El Trabajo' a constituírem Comitês de ampla unidade pela vitória de Pedro Castillo, para que se cumpra com a plataforma de reivindicações prometida ao povo peruano em sua campanha eleitoral."

Correspondente

A intifada da reunificação

Em todos os territórios da Palestina, um só povo se levanta e enfrenta o sionismo

O cessar-fogo iniciado em 21 de maio, depois de 11 dias de bombardeios intensivos contra a população da Faixa de Gaza, foi recebido em toda a Palestina como uma vitória, com manifestações maciças em cidades e vilas palestinas. Nos dias anteriores, os ataques massacraram famílias inteiras, destruíram centros de saúde e atingiram locais de imprensa.

A resistência unificada da população palestina, associada à onda de indignação internacional, que levou a manifestações em vários países, teve eco até mesmo no interior do Partido Democrata dos Estados Unidos. Setores da classe dominante estadunidense, inquietos com a marcha ao caos na região, impuseram o cessar-fogo. Mas os problemas não foram resolvidos.

O bloqueio a Gaza continua a matar. Prosseguem os ataques de colonos sionistas na Cisjordânia e, pela primeira vez, se estendem no interior do Estado de Israel, onde se iniciaram também prisões de jovens palestinos organizadores da mobilização.

Na manhã do dia 24, a polícia israelense lançou a operação "Lei e Ordem", a fim de deter centenas de jovens palestinos considerados líderes do movimento.

Greve geral

A unidade geográfica e demográfica do movimento se impôs, e a greve geral no dia 18, de amplitude sem precedentes, a confirmou. Pela primeira vez desde 1936, houve um mesmo movimento no interior do Estado de Israel, na Faixa de Gaza, na Cisjordânia e nos campos de refugiados. É um povo que se levanta, com base nas mesmas reivindicações e contra uma opressão comum.

A greve parou mais de um terço da economia israelense e quase inteiramente o setor de construção. O conjunto do comércio árabe fechou as portas.

É mais uma demonstração de que existe um único e mesmo povo palestino entre o Mediterrâneo e o rio Jordão. Apesar disso, os representantes das grandes potências e seus seguidores à esquerda continuam a afirmar que não há solução "por fora do Direito internacional" e do reconhecimento do "Estado palestino", ao lado do Estado de Israel. Essa pretensa solução representa a manutenção da divisão da Palestina e de seu povo.

Um dos atos fundadores do "Direito internacional" foi o reconhecimento da partilha da Palestina em 1947, por parte da ONU, que permitiu o desencadeamento da



Em Jerusalém, árabes e judeus protestam contra a violência e expulsões.

"Nakba" ("catástrofe") e a criação do Estado de Israel em maio de 1948.

Os acordos de Oslo (1993), sob a égide dos EUA, abriram o caminho para uma pretensa solução de dois Estados. Grande parte dos palestinos rejeita essa via, que é apenas a legitimação de um Estado israelense opressor. As recentes manifestações representam também a falência dos acordos de Oslo.

Awad Abdelfattah, um dos coordenadores da Campanha por um só Estado Democrático, afirma: "Apesar da dor, do medo e do risco que isso acarreta, sentimos, como nação colonizada, renascer como um povo mais unido e determinado. O povo palestino se reunifica, combate e abala os próprios fundamentos ideológicos do colonizador. Acredito que estamos entrando em um novo capítulo na história da luta. A imagem de Israel está sendo destruída e sua fraqueza moral, seu racismo e sua barbárie, inerentes ao sistema colonial sionista, estão se tornando mais evidentes do que nunca".

Biden: sem mudanças

A "relação especial" com o Estado israelense é um eixo central do imperialismo dos EUA. O atual presidente Joe Biden havia resumido isso, em discurso de 1986 no Senado, no qual disse: "A ajuda fornecida ao governo israelense é um investimento. Se Israel não existisse, nós teríamos de inventá-lo, para proteger nossos interesses na região". Os EUA concedem 3,8 bilhões de dólares de ajuda militar anual ao Estado israelense, para comprar armas estadunidenses.

Mas há vozes discordantes até mesmo no Congresso dos EUA. "Essas armas são vendidas sabendo-se que serão utilizadas para bombardear Gaza", afirmou Rashida Tlaib, deputada democrata do Michigan. E Alexandria Ocasio-Cortez, deputada democrata de Nova York, declarou: "O presidente Biden disse que Israel tem o direito de se defender. Mas os palestinos têm o direito de sobreviver? Durante décadas, os

EUA venderam bilhões de dólares de armas a Israel. Nós contribuimos diretamente para a morte, o despejo e a privação do direito de voto de milhões de pessoas".

Parlamentares sofrem a pressão de amplos setores da população, que se intensificou depois da grande mobilização no ano passado do movimento Vidas Negras Importam. Desde o início dos bombardeios israelenses, ocorreram manifestações nos EUA, com a participação ativa de organizações judaicas. Faixas com as frases "Vidas Palestinas Importam" e "Não em nosso Nome" foram levadas às ruas.

A política do imperialismo, porém, não se alterou. Depois de ter dado tempo para que o exército israelense despejasse suas bombas sobre Gaza, Biden declarou: "Não há mudança em meu compromisso com a segurança de Israel, ponto final. Nenhuma mudança. Continuamos tendo a necessidade de uma solução de dois Estados. É a única solução".

Não! A verdadeira solução virá do povo palestino. Os palestinos em Gaza, na Cisjordânia e dentro do Estado israelense reafirmaram sua unidade, num movimento inédito em 75 anos. Esse movimento, pela liberdade e igualdade em todo

o território histórico da Palestina, caminha em direção à solução de um único Estado democrático, no qual todas as componentes terão os mesmos direitos. A intifada da reunificação acaba de começar.

Da Redação de OT, com base em matérias do "Informations Ouvrières" (Informações Operárias) da França

DEPOIMENTOS

“É um movimento que se desenvolve em toda a Palestina. Aqui, ele reúne hoje milhares de jovens das cidades e vilas do interior de Israel. Estamos todos reunidos em torno de um objetivo que é a luta contra o sionismo e seu aparelho de segurança, em particular a polícia. Eles confiscam nossas terras, demolem nossas casas e praticam todas as formas de racismo e de injustiça em relação a nós.”

Ahlam Abd al-Hadi, militante palestino no interior das fronteiras de 1948 (Interior do Estado de Israel)

“A Faixa de Gaza está submetida a um cerco há 16 anos. Sofremos com esse bloqueio em todos os campos e as condições de vida sociais e econômicas são muito difíceis aqui. Israel controla tudo, até mesmo a entrada de alimentos e de medicamentos. Reina uma atmosfera de grande resistência, de luta e de forte motivação. Essa é a situação atual em Gaza, depois da agressão israelense. A coisa mais importante é que, agora, todo o povo palestino, em toda a Palestina, tanto geograficamente quanto historicamente, se unificou na luta pela liberdade, pela independência e pelo direito ao retorno.”

Mahmoud al-Yazuri, membro do Conselho Nacional da Juventude Palestina em Gaza

ASSINE O JORNAL O TRABALHO

um jornal independente dos patrões e governos

Assinatura MENSAL

R\$ 10 /mês

✓ Pagamento por cartão de crédito

✓ Receba em casa pelo correio

✓ Acesso irrestrito no site

✓ Versão para celular

✓ Validade indeterminada¹

ASSINE AGORA

Assinatura SEMESTRAL

R\$ 60

✓ Pagamento por crédito, débito (Caixa) ou boleto

✓ Receba em casa pelo correio

✓ Acesso irrestrito no site

✓ Versão para celular

✓ Validade 12 edições²

ASSINE AGORA

Assinatura ANUAL

R\$ 120

✓ Pagamento por crédito, débito (Caixa) ou boleto

✓ Receba em casa pelo correio

✓ Acesso irrestrito no site

✓ Versão para celular

✓ Validade 24 edições²

ASSINE AGORA

Assinatura SOLIDÁRIA

R\$ 150

✓ Pagamento por crédito, débito (Caixa) ou boleto

✓ Receba em casa pelo correio

✓ Acesso irrestrito no site

✓ Versão para celular

✓ Validade 24 edições²

ASSINE AGORA